

O incomunicável como mecanismo de resistência na esfera do discurso testemunhal da catástrofe histórica

The Incommunicable as a Mechanism of Resistance in the Sphere of Testimonial Discourse on Historical Catastrophe

Adriana Elisa Inácio

Universidade de São Paulo (USP) | São

Paulo | SP | BR

adriana.inacio@alumni.usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2510-7659>

Resumo: Tomando como fundamento teórico a Semiótica Francesa, sobretudo em sua vertente tensiva, este artigo apresenta uma breve reflexão a respeito da crise de comunicação que se instaura, com frequência, no domínio testemunhal da catástrofe histórica. Nesse âmbito específico, a magnitude do acontecimento-catástrofe acaba por engendrar uma série de enunciados que sugerem uma espécie de impossibilidade discursiva, ora de ordem estritamente comunicativa (a experiência é “indizível”), ora de ordem assimilativa (a experiência é “incognoscível” ou “indecifrável”). Tal crise parece envolver, de maneira bastante ampla, dois actantes distintos: de um lado, um actante mais diretamente associado ao relato e, de outro, um actante mais diretamente associado à experiência sensível. Procuraremos mostrar que a crise de comunicação em pauta se constitui, preliminarmente, como manifestação de uma incompatibilidade tensiva entre os dois actantes e, subsequentemente, como marca de verificação e mecanismo de resistência em face da banalização da experiência-limite.

Palavras-chave: semiótica francesa; semiótica tensiva; testemunho da catástrofe histórica; crise de comunicação; incomunicável.

Abstract: Taking French Semiotics, especially in its tensive approach, as a theoretical foundation, this paper presents a brief discussion on the communication crisis that often arises in the testimonial domain of historical catastrophe. In this specific context, the magnitude of the catastrophe-event ends up producing a series of



statements that suggest a sort of discursive impossibility, either of a strictly communicative nature (the experience is “unspeakable”) or of an assimilative nature (the experience is “unknowable” or “indecipherable”). This crisis seems to encompass, in a fairly broad way, two distinct actants: on the one hand, an actant more directly associated with reporting and, on the other, an actant more directly associated with experiencing. We will attempt to demonstrate that the communication crisis in question is constituted, firstly, as a manifestation of a tensive incompatibility between the two actants and, subsequently, as a mark of veridiction and a mechanism of resistance in the face of the trivialization of the limit-experience.

Keywords: French Semiotics; Tensive Semiotics; testimony of historical catastrophe; communication crisis; incommunicable.

1 Introdução

Definido, de maneira ampla, como um discurso de atestação – ou asseveração veridictória – de um evento-limite presenciado ou vivido por aquele que narra, o *testemunho* se caracteriza, de modo mais particular, no domínio específico da catástrofe histórica, como o relato (jurídico, literário, ensaístico, conversacional etc.) produzido pela *vítima sobrevivente* de um crime político de massa¹ (Rastier, 2010; Inácio, 2024).

Como decorrência direta da magnitude do acontecimento vivido, agora enunciado, costuma-se evocar, nesse tipo de testemunho, uma crise geral da representação. Aponta-se, desse modo, *em discurso*, para uma porção não discursivizável – não partilhável, não comunicável ou não compreensível – da violência sofrida:

Não seria razoável querer descrever as dores que eu sentia nesse momento. Seria “como um ferro em brasa nas minhas costas”? Ou “como se me tivessem enfiado uma estaca na nuca”? Uma metáfora sucederia a outra. Rodaríamos em falso em um interminável carrossel de analogias. A dor era o que era, não há nada a dizer além disso. As características das sensações são incomparáveis e indescritíveis. Elas marcam os limites da nossa capacidade de comunicação verbal. Quem desejasse partilhar essa dor com outro seria obrigado a infligi-la, tornando-se um torturador (Améry, 2013 [1966], p. 68).

¹ Estão excluídos, por conseguinte, das considerações sobre o testemunho da catástrofe histórica relatos de perpetradores e daqueles que vivenciaram a experiência-limite de maneira “indireta” (correspondentes de guerra, por exemplo). Costuma-se incluir, entretanto, os chamados “testemunhos póstumos” – apontamentos, cartas, diários etc., muitas vezes anônimos, encontrados em esconderijos, prisões, guetos e campos (cf. Rastier, 2010).

Não estou viva. Sei disso por um conhecimento íntimo e solitário. Quanto a você [que passou pela mesma experiência que eu], compreende o que quero dizer, o que sinto. As outras pessoas, não. Como compreenderiam? Não viram o que vimos. Não contaram seus mortos todos os dias ao amanhecer, não contaram seus mortos todos os dias ao anoitecer. Nós passamos os dias contando o tempo, passamos o tempo contando os mortos (Delbo, 2021a [1971], p. 317, a inserção é nossa).

Os relatos apontam consistentemente, portanto, para um fracasso (apenas *parcial*, entenda-se bem) da comunicação, ou do discurso, em face da experiência-limite – em face do acontecimento-catástrofe que desafia ou contesta, nas palavras de Paul Ricoeur (2007 [2000]), a compreensão socialmente compartilhada, “erigida [como tal] sobre as bases de um senso da semelhança humana no plano das situações, dos sentimentos, dos pensamentos, das ações” (Ricoeur, 2007 [2000], p. 186, a inserção é nossa). O que se estabelece, dessa maneira, é uma oposição fundamental entre o caráter “extraordinário” da experiência vivida e “as capacidades limitadas, ordinárias de recepção, de ouvintes educados” para a compreensão comum (Ricoeur, 2007 [2000], p. 186). O que se instaura é, por conseguinte, uma diferença, no sentido matemático do termo, entre os *universos de referência* de quem atravessou a experiência-limite e de quem não a atravessou – diferença crucial da qual derivam, segundo nos parece, as noções gerais de “indizível”, de “inenarrável”, de “indescritível”, de “inimaginável”, entre outras de mesma natureza. A noção que empregamos, preferentemente, aqui – como uma tentativa de apreensão, em nossas considerações, dos dois polos do processo de comunicação: não apenas da produção do discurso, mas também de sua recepção (conforme sugere Paul Ricoeur, acima) –, é aquela de “incomunicável”. Convencionamos, portanto, para este trabalho, um desdobramento do termo “incomunicável” em “intransmissível” e “inassimilável”.

Tendo como base o arcabouço teórico da Semiótica Francesa, sobretudo em sua vertente tensiva (Zilberberg, 2011 [2006], 2012, entre outros), pretendemos investigar, ao longo deste artigo, a crise de comunicação característica do testemunho da catástrofe histórica, tratando-a, por um lado, como estratégia discursiva de veridicção e, por outro, como um mecanismo de resistência em face da banalização da experiência-limite.

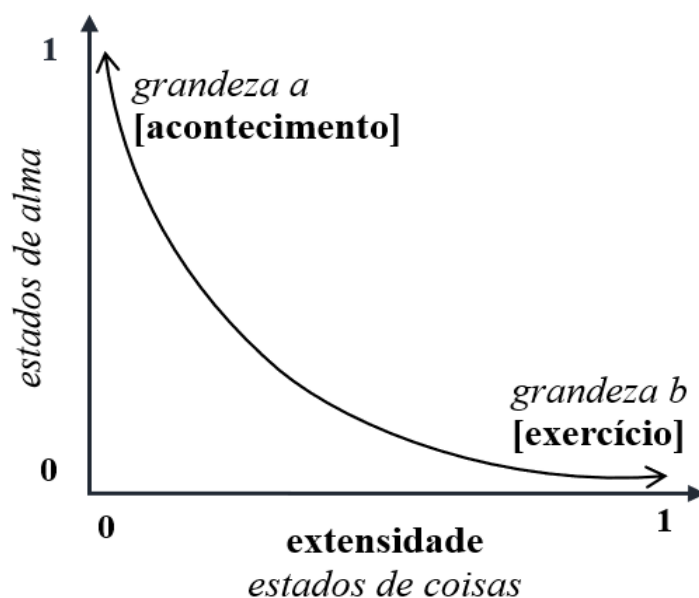
2 O espaço tensivo como grade de referência

Convém explicitar, em primeiro lugar, o que se compreende, em termos estritamente semióticos, como *grade* ou como *universo cognitivo de referência*. Remetemos, para tanto, preliminarmente, à formalização proposta por Algirdas Julien Greimas, em 1983, segundo a qual o julgamento epistêmico – a deliberação, por um determinado enunciatário, sobre a verdade ou a falsidade de uma determinada proposição – se baseia, fundamentalmente, em uma “*operação de comparação* entre aquilo que se propõe [...] e aquilo que já se sabe ou em que se crê” (Greimas, 2014 [1983], p. 131, o itálico é do autor). Aqui, o universo de referência é, como se poderá supor, o segundo termo da comparação: “aquilo que já se sabe ou em que se crê”, o “universo de saber/crer do sujeito julgador” (Greimas, 2014 [1983], p. 131). Tal universo pode ser definido, em linhas muito gerais, como um “depositário de formas de organização ‘válidas’” (Greimas, 2014 [1983], p. 136), ou seja, como um conjunto de relações – paradigmáticas e sintagmáticas – previamente estabelecidas, ou previamente validadas, pelo sujeito do jul-

gamento epistêmico. Cumpre observar, ainda, sobre esse universo geral, que ele é primordialmente coletivo (sistemas coletivos de saberes e crenças) e apenas subsequentemente individual (sistemas individuais de saberes e crenças), e que essa individualização se realiza, em princípio, por intermédio de “deformações mais ou menos coerentes” do padrão socialmente constituído (Greimas, 2014 [1983], p. 137).

Já no domínio particular das operações tensivas – que antecedem e perpassam, por assim dizer, os três níveis do percurso gerativo do sentido,² expandindo-se, também, para o plano da expressão –, a grade de referência é o próprio *espaço tensivo*. Espaço que se pode definir, de maneira ampla, como escala ou como instrumento de aferição (a um só tempo, sensível e inteligível) de toda e qualquer grandeza efetivamente percebida pelo sujeito. Conforme representado no diagrama abaixo, tal espaço se instaura pela projeção da *intensidade* sobre a *extensidade* ou, ainda, se preferirmos, dos *estados de alma* sobre os *estados de coisas* (Fontanille; Zilberberg, 2001 [1998]; Zilberberg, 2011 [2006], 2012):

Figura 1 – O espaço tensivo em correlação inversa



Fonte: Elaboração própria com base em Zilberberg (2011 [2006]).

A intensidade e a extensidade são os parâmetros primordiais (isto é, os primeiríssimos parâmetros) que permitem ao sujeito distinguir e avaliar as grandezas que circulam em seu campo de presença – “domínio espaço-temporal em que se exerce a percepção” (Fontanille; Zilberberg, 2001 [1998], p. 125). Na qualidade de dimensão tensiva, a intensidade é a medida do afeto vivido, do afeto de fato experimentado pelo sujeito. Avalia-se intensivamente, portanto, uma determinada grandeza, a partir do intervalo geral que se estabelece entre o mais *tênu*e, de um lado, e o mais *impactante*, de outro, $[0 \leftrightarrow 1]$. Importa notar, também, que essa dimensão pode ser decomposta ou analisada em duas subdimensões características: o *andamento* [lento $\leftrightarrow$ rápido] e a *tonicidade* [átono $\leftrightarrow$ tônico].

² Explicitados em Greimas e Courtés (2016 [1979]).

A extensidade se refere, por seu turno, à organização das entidades e dos eventos do mundo (natural ou cognitivo) em conjuntos ora mais amplos, ora mais restritos. O intervalo de referência se estabelece, nesse caso, entre o mais *concentrado*, de um lado, e o mais *difuso*, de outro, [0 ↔ 1]. Assim como a intensidade, também a extensidade comporta duas subdimensões características, a saber, a *temporalidade* [breve ↔ longo] e a *espacialidade* [fechado ↔ aberto].

Quanto à relação entre as dimensões ou entre as subdimensões tensivas, importa salientar que a *centralidade do sensível* se manifesta em termos de recção, ou seja, que a intensidade rege (altera, recorta, determina, define) a extensidade, estando sempre, portanto, a legibilidade do mundo na dependência direta do afeto.

Resta salientar, por fim, sobre a representação da Figura 1, que os dois eixos se interligam por uma correlação, de ordem frequentemente inversa: quanto maior o impacto, menor a difusão, e quanto menor o impacto, maior a difusão. Noção central no âmbito da Teoria Tensiva, o *acontecimento* se situa no limite superior do diagrama apresentado, podendo-se definir, em termos qualitativos, como um paroxismo e, em termos quantitativos, como uma singularidade no tempo e no espaço. Sua contraparte átona, o *exercício*, situa-se, por sua vez, no limite inferior do mesmo diagrama, definindo-se, em termos qualitativos, como indiferença e, em termos quantitativos, como repetição ou como rotina.

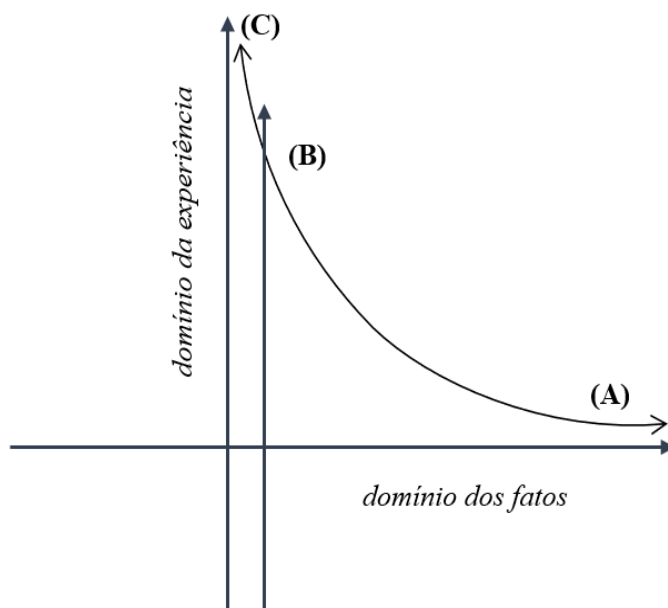
3 Os diferentes espaços tensivos

Assim como o universo cognitivo de referência do sujeito julgador, também o espaço tensivo do sujeito afetado se constitui, preliminarmente, como uma configuração coletiva: os parâmetros tensivos de quantificação podem ser “arbitrários do ângulo da exatidão científica, mas [são] facilmente reconhecíveis pelo *senso comum num determinado grupo sociocultural*” (Tatit, 2016, p. 27, a inserção e o itálico são nossos). A objetividade do cálculo tensivo se garante, desse modo, não pela inflexibilidade matemática das chamadas ciências duras, mas, sim, pela relativa estabilidade do quadro axiológico profundo no interior do qual esse mesmo cálculo se realiza. Pode-se distinguir facilmente, portanto, em conformidade com os valores partilhados no interior de um determinado grupo sociocultural, o que é da ordem do acontecimento e o que é da ordem do exercício. Postula-se, por fim, ainda sobre essa grade de referência, que as “deformações mais ou menos coerentes” do padrão coletivo se dão por *recalibragem* ou *redimensionamento*. Haverá, assim, em função da experiência efetivamente vivida, uma expansão ou uma contração do espaço tensivo do sujeito afetado (cf. Zilberberg, 2019 [2002]).

Acredita-se, desse modo, que o atravessamento de uma experiência-limite *amplia*, para além do espaço tensivo socialmente comum, o espaço tensivo do sujeito afetado, obtendo-se, por conseguinte, um espaço tensivo englobante – a escala de medida do sujeito que atravessou, de fato, a experiência-limite – e um espaço tensivo englobado – a escala de medida do sujeito “comum”, que não a atravessou.

Propomos, como representação da diferença entre os espaços tensivos englobado e englobante, o seguinte diagrama:

Figura 2 – A diferença entre os espaços tensivos



Fonte: Elaboração própria.

No que concerne, particularmente, à *comunicação* da experiência-limite, a organização do espaço tensivo oferece três possibilidades gerais (ver Figura 2, acima):

- A) a veiculação da informação primordialmente factual – do dado literal, objetivo, concreto, pragmático, racional etc. –, preeminente, nesse caso, com relação ao domínio da experiência sensível:

Se, enfim, pretendo chegar à análise da tortura, infelizmente não poderei poupar o leitor de descrever objetivamente o que aconteceu. Tentarei fazê-lo de forma concisa. Do teto abobadado do calabouço pendia uma corrente que corria por uma roldana em cuja extremidade inferior havia um pesado gancho curvo. Levaram-me até esse aparato. O gancho foi passado pelas algemas que prendiam minhas mãos às costas. Então me ergueram com a corrente até que meu corpo ficasse mais ou menos a um metro do chão. Nessa posição, ou melhor, suspenso pelas mãos atrás das costas, só por pouco tempo a força muscular nos mantém semi-inclinados (Améry, 2013 [1966], p. 67).

- B) a veiculação da experiência sensível – do *quantum* de impacto efetivamente sofrido pelo sujeito –, preeminente, agora, com relação à informação puramente factual. Cumpre notar que se desenham aqui, não raro, os *limites* atuais do sujeito afetado (limites emocionais, físicos, de flexibilidade, de força, de resistência etc.) e que tais limites – ultrapassados logo em seguida – coincidem, fundamentalmente, com os limites do espaço tensivo englobado:

Durante esses poucos minutos, quando já se consomem as nossas últimas forças, o suor nos cobre a testa e os lábios, começamos a ofegar e é impossível responder a qualquer pergunta. Cúmplices? Endereços? Lugares de encontro? Eu mal ouvia as palavras. A vida não reage mais, concentrada inteiramente em uma região do corpo, na articulação das escápulas, que está se exaurindo completamente pelo esforço físico. Nem pessoas bastante fortes podem aguentar esse esforço. No meu caso, tive que ceder logo. Produziram-se nos meus ombros um estalo e uma ruptura que meu corpo até hoje não esqueceu. As articulações se desconjuntaram. O peso do corpo provocou a luxação e eu caí no vazio, pendurado pelos braços deslocados e torcidos, erguidos pelas costas acima da cabeça (Améry, 2013 [1966], p. 67).

C) a veiculação da experiência “pura”, aparentemente destituída de informação factual (objetiva ou técnica):

A dor era o que era, não há nada a dizer além disso. As características das sensações são incomparáveis e indescritíveis. Elas marcam os limites [ultrapassam os limites, na verdade] da nossa capacidade de comunicação verbal. Quem desejasse partilhar essa dor com outro seria obrigado a infligi-la, tornando-se um torturador (Améry, 2013 [1966], p. 68, a inserção é nossa).

Particularmente característica de uma *ultrapassagem dos limites* do sujeito afetado,³ a destituição factual se manifesta, frequentemente, conforme foi explicitado acima, por meio de uma “linguagem lacunar” ou, ainda, de uma “linguagem negativa” (“não há nada a dizer”, “são incomparáveis e indescritíveis” etc.). O que se comunica, nesse último caso, é, portanto, a própria impossibilidade de comunicação – a falha comunicativa que se instaura entre dois actantes, na ausência fundamental de qualquer impedimento objetivo (censura, autocensura, recusa em dizer, recusa em ouvir etc.). Tudo se passa, portanto, como se a comunicação não se pudesse realizar plenamente, ou não se pudesse realizar a contento, não obstante a existência dos meios materiais para tanto e não obstante a disposição geral de todos os envolvidos. Sendo assim, a ultrapassagem do espaço tensivo englobado significa, a um só tempo, a ultrapassagem dos limites atuais do sujeito afetado (“Produziram-se nos meus ombros um estalo e *uma ruptura* que meu corpo até hoje não esqueceu”) e também, por consequência, a ultrapassagem de sua plena “capacidade de comunicação verbal”.

Constituída, desse modo, no intervalo entre o espaço tensivo englobado e o espaço tensivo englobante, essa crise parcial de comunicação assinala o contraste entre, de um lado, (A) e (B) – respectivamente, o que se pode prevalentemente *saber* (com a predominância dos estados de coisas sobre os estados de alma) e o que se pode prevalentemente *sentir* (com a predominância dos estados de alma sobre os estados de coisas) – e, de outro lado, (C) – o que só se pode *sentir*, sem que haja, por assim dizer, uma contraparte cognitiva.

Esse “sentir puro” equivale, no excerto abaixo, a “compreender”:

³ Nesse sentido, a experiência-limite é, mais propriamente, a experiência que ultrapassou um limite previamente estabelecido.

[...] é preciso que nosso retorno seja útil. É por isso que explico o que era aquilo, ao meu redor. Falo a meus colegas, sobretudo aos jovens. Paro quando os vejo prestes a chorar. [...] Sabe, eu conto aos outros. Não ao meu marido. Ele, eu desejaria que compreendesse. Quanto aos outros, não espero que compreendam. Quero que saibam, mesmo que não sintam o que eu sinto. É o que quero dizer quando digo que eles não compreendem, que ninguém pode compreender. Pelo menos precisavam saber (Delbo, 2021a [1971], p. 321).

O espaço tensivo englobante se estabelece, em resumo, mediante uma expansão da grade ou do universo geral de referência do sujeito afetado, como consequência direta da experiência vivida. E é a diferença fundamental entre os dois espaços – o espaço tensivo englobante *menos* o espaço tensivo englobado – o que se manifesta, em discurso, por meio da evidenciação da impossibilidade comunicativa.

4 As três perspectivas de discursivização da experiência-limite

As três perspectivas de veiculação da experiência-limite, explicitadas na seção anterior, figuram, portanto, consistentemente, no testemunho da catástrofe histórica, manifestando-se em diferentes proporções, ou graus de presença, em diferentes autores e obras. Um escritor como Primo Levi, por exemplo, parece insistir, primordialmente (embora não sempre), na dimensão *factual* da catástrofe histórica – “o descritível é preferível ao indescritível; a palavra humana, ao gemido animal” (Levi, 2016a [1985], p. 59) –, contrapondo-se, dessa maneira, a escritores “menos decifráveis”, como Paul Celan:

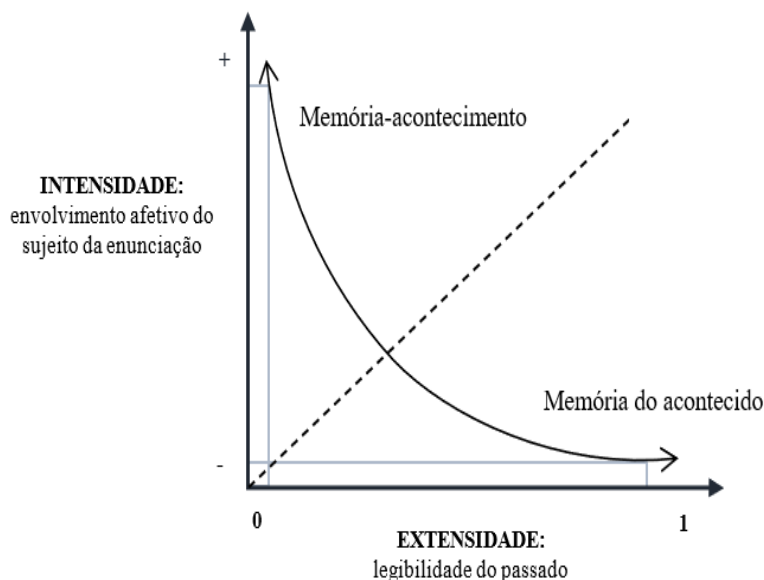
Percebe-se que seu canto é nobre e trágico, mas confuso: penetrá-lo é uma tarefa desesperadora, não só para o leitor comum, mas também para o crítico. A obscuridade de Celan não é desprezo pelo leitor nem insuficiência expressiva ou abandono preguiçoso aos fluxos do inconsciente: é verdadeiramente um reflexo da escuridão de seu destino e de sua geração [...]. Se ele tem alguma mensagem, esta se perde nos “ruídos de fundo”: não é uma comunicação, não é uma linguagem, ou no mínimo é uma linguagem escura e mutilada, como é aquela de quem está para morrer e está sozinho, como todos estaremos no momento da morte (Levi, 2016a [1985], p. 59-60).

Frequentemente tratadas, em termos teóricos, como uma *dualidade* – com a fusão das instâncias (B) e (C) em uma mesma categoria (ver Figura 2) –, as três perspectivas indicadas sugerem um jogo de alternâncias, ou de prevalências, entre dois domínios discursivo-textuais: de um lado, o domínio das formas (de expressão e conteúdo) que favorecem a inteligibilidade, associando-se, desse modo, à prevalência da extensidade ou do exercício, e, de outro, o domínio das formas (de expressão e conteúdo) que favorecem o afeto, associando-se, por conseguinte, à prevalência da intensidade ou do acontecimento.

Tal dualidade é referida por Barros (2015, 2016), na esfera do discurso autobiográfico, como uma partição tensiva da memória. Sendo assim, a *memória do acontecido* entra no campo de presença do enunciatário com valor de exercício, em virtude de uma baixa projeção do enunciador no enunciado, e a *memória-acontecimento* entra no campo de presença do enunciatário com valor de acontecimento, em virtude, por sua vez, de uma projeção forte ou enfática do enunciador no enunciado. Quanto menor o engajamento afetivo do sujeito da

enunciação (quanto menor a projeção do enunciador e quanto menor a mobilização do enunciatário), maior a legibilidade do passado, e, inversamente, quanto maior o engajamento afetivo, menor a legibilidade.

Figura 3 – Memória do acontecido e memória-acontecimento



Fonte: Adaptado de Barros (2015, p. 211).

A memória do acontecido destaca preferencialmente o caráter perfectivo (acabado ou definitivo) do enunciado, e a memória-acontecimento, o caráter imperfectivo (inacabado ou processual) da enunciação em si mesma:

A memória do acontecido pode ser aproximada da figura do arquivo, por construir-se discursivamente como algo que parece estar pronto antes mesmo da redação do texto, como dado prévio. Ela fornece legibilidade ao passado, elaborado com o efeito de exaustividade de informações. Faz do passado lembrado, assim como do texto, objeto que deve ser analisado e explicado à distância, e cuja sustentação é fornecida pelo efeito de referência. Já a *memória-acontecimento* aparece como construção que se realiza ao longo do texto. Ela é capturada em seu devir, em sua ação de fazer aparecer e desaparecer o passado lembrado. É dinâmica, instável. Não cria a ilusão de acabamento, mas a cada pedaço do passado agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido (Barros, 2015, p. 210-211, os itálicos são da autora).

No que concerne, portanto, à atividade testemunhal, a memória do acontecido assinala a prevalência do testemunho como *produto*, ou seja, como *verdade dita*, e a memória-acontecimento assinala, por seu turno, a prevalência do testemunho como *processo*, isto é, como *dizer-verdadeiro*.

Partindo de uma cisão igualmente enunciativa,⁴ estabelecida, agora, entre *testis* e *superstes* – respectiva e etimologicamente, “aquele que atende como ‘terceiro’ (**terstis*)” em um caso em que duas pessoas estão envolvidas” e “aquele que superou um perigo, uma provação,

⁴ Ainda sobre tal cisão enunciativa, ver Rastier (2010) e Inácio (2022, 2024).

um período difícil, que sobreviveu a ele” e que dele se faz testemunha (Benveniste, 1969, p. 276-277, a tradução é nossa)⁵ —, Seligmann-Silva (2002) propõe, para o discurso testemunhal da catástrofe histórica, o desenvolvimento de dois simulacros ou de duas cenas enunciativas primordiais: a *cena do tribunal* e a *cena de perlaboração do passado traumático*. No primeiro caso, prevalece o *testis* como posição enunciativa — prevalecendo, portanto, a literalização e a ordenação cronológica do dado objetivo, com vistas à realização da justiça e ao estabelecimento, tão congruente quanto possível, de uma documentação histórica. Já no segundo caso, o da perlaboração do passado traumático, a posição enunciativa preeminente é aquela do *superstes* — prevalecendo, assim, um discurso relativamente introspectivo, abstrato e fragmentário da experiência vivida. Convém notar, aqui, que ao conceito psicanalítico de “perlaboração”⁶ associa-se, não raro, o *topos* geral da indizibilidade (Seligmann-Silva, 2003a, 2003b).

Voltando, assim, à Figura 2, encontramos, em (A), a memória do acontecido, ou a cena do tribunal, enunciada a partir da posição enunciativa *testis*, e, em (B), a memória -acontecimento, ou a cena de perlaboração do passado traumático, enunciada a partir da posição enunciativa *superstes*. Em (C), encontramos, finalmente, uma radicalização ou uma extrapolação de (B), manifestada, conforme explicitado acima, como crise ou como impossibilidade de comunicação.

5 A crise de comunicação no testemunho da catástrofe histórica

A supracitada crise se instaura, segundo nos parece, em todos os casos, entre, de um lado, um actante mais diretamente ligado ao relato (leia-se: aquele que produz o relato ou aquele que o recebe) e, de outro, um actante mais diretamente ligado à experiência sensível — o primeiro “ocupando”, por assim dizer, o espaço tensivo englobado e o segundo, por seu turno, o espaço tensivo englobante. Designaremos, no que se segue, (i) por *incompatibilidade tensiva*, a desigualdade estabelecida entre os dois espaços tensivos; (ii) por *incomunicabilidade*, a crise de comunicação que se estabelece entre os dois actantes em função da incompatibilidade tensiva; e (iii) por *incomunicável*, o enunciado manifestante dessa crise de comunicação.

Dentre os vários tipos de incompatibilidade tensiva que se podem observar no âmbito geral do testemunho, o mais facilmente reconhecível é (provavelmente) aquele que se institui, de maneira direta, entre enunciador e enunciatário. A incomunicabilidade pode ser descrita, nesse caso, em termos mais específicos, como uma ineficácia assimilativa do enunciatário com relação às escolhas discursivas do enunciador (a dificuldade relatada por Levi, por exemplo, com relação à poesia de Celan). Aqui, o incomunicável se constitui, muito frequentemente, por meio de paradoxos, lacunas, enigmas não resolvidos, experimentalismos obscuros e construções agramaticais.

⁵ Texto original: “celui qui assiste en « tiers » (* *terstis*) à une affaire où deux personnages sont intéressés” (p. 277) e “celui qui a franchi un danger, une épreuve, une période difficile, qui y a survécu” (p. 276).

⁶ Neologismo psicanalítico que se define, de maneira geral, como a reprodução de um conteúdo recalcado como lembrança, a despeito de uma intensa relutância advinda do próprio sujeito (Freud, 2010 [1914]). Trata-se, fundamentalmente, de um trabalho sensível de resolução discursiva do acontecimento traumático, por oposição a (ou para além de) um trabalho predominantemente intelectual.

É preciso notar, no entanto, que a incompatibilidade tensiva não se restringe ao sujeito da enunciação – ou seja, à comunicação direta entre enunciador e enunciatário –, podendo se instaurar, também, entre os demais actantes discursivos, sejam eles da comunicação (narrador, narratário) ou do enunciado (sujeito ou personagem). Apresentam-se, na sequência, três exemplos concretos.

5.1 Incompatibilidade tensiva entre narrador e sujeito (em sincretismo)

Trata-se, aqui, de uma narração em primeira pessoa, o que significa dizer que narrador e sujeito estão sincretizados no mesmo ator. Nesse caso específico de incompatibilidade, o narrador ocupa o espaço tensivo englobado, que é também o espaço da possibilidade de comunicação “plena”. Distancia-se, desse modo, de si mesmo enquanto sujeito da experiência sensível, uma vez que esse último se situa, como já dissemos, no espaço tensivo englobante. Veja-se este fragmento de Primo Levi:

Assim como nossa fome não é apenas a sensação de quem deixou de almoçar, nossa maneira de termos frio mereceria uma denominação específica. Dizemos “fome”, dizemos “cansaço”, “medo” e “dor”, dizemos “inverno”, mas trata-se de outras coisas. Aquelas são palavras livres, criadas, usadas por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas. Se os Campos de Extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega (Levi, 1988 [1947], p. 182).

A cisão entre narrador e sujeito não se realiza apenas, portanto, em função do afastamento que se institui, compulsoriamente, entre esses dois actantes, no espaço e no tempo (o aqui-agora do narrador sendo sempre, inexoravelmente, distinto do aqui-agora do sujeito do enunciado). *Também a incomunicabilidade os separa*. E isso na medida em que o paradigma discursivo do narrador – o conjunto de “palavras livres, criadas e usadas por homens livres” – se revela inadequado ou insuficiente diante de sua própria experiência enquanto sujeito. O enunciado-síntese desse tipo de incomunicabilidade seria o seguinte: “por mais que eu me esforce, não consigo dizer minha própria experiência sensível”.

No que respeita à organização discursivo-textual, verificam-se, mais especificamente, no excerto (ver, novamente, Figura 2):

- A) *categorias habituais*: enunciados de ampla referência (as palavras “fome”, “cansaço”, “medo”, “dor” e “inverno” empregadas “por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas”);
- B) *categorias excepcionais*: enunciados que descrevem, de modo mais particular, a experiência sensível e os limites físicos, emocionais ou cognitivos do sujeito afetado (“o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega”); e

- C) *categorias defectivas*: o incomunicável propriamente dito ou, ainda, as variações do enunciado-síntese – a revelação da insuficiência do discurso com relação à experiência vivida ou, inversamente, a revelação do excesso da experiência vivida com relação ao discurso efetivamente enunciado (“nossa fome não é apenas a sensação de quem deixou de almoçar”, “nossa maneira de termos frio mereceria uma denominação específica”, “Dizemos ‘fome’, dizemos ‘cansaço’, ‘medo’ e ‘dor’, dizemos ‘inverno’, mas trata-se de outras coisas”, “teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora”).

A mesma dinâmica se verifica, quase sem alteração, no fragmento abaixo, de Elie Wiesel:

Fome, sede, medo, transporte, seleção, fogo e chaminé: esses vocábulos têm seus significados, porém naquele tempo os significados eram outros. Ao escrever em minha língua materna, iídiche, também ela ferida, eu me detinha a cada frase, pensando: “Não é isso.” E recomeçava. Com outros verbos, outras imagens, outras lágrimas caladas. E ainda não era isso. Mas o que seria “isso”, exatamente? É aquilo que se esquia, que se encobre para não ser roubado, usurpado, profanado. As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas. Quais delas usar para narrar a derradeira viagem em vagões lacrados rumo ao desconhecido? (Wiesel, 2021 [1958], p. 09-10).

Para além das categorias habituais (“Fome, sede, medo, transporte, seleção, fogo e chaminé: esses vocábulos têm seus significados”), das categorias excepcionais (“a derradeira viagem em vagões lacrados rumo ao desconhecido”), e das categorias defectivas (“naquele tempo os significados eram outros”, “Não é isso”, “ainda não era isso”, “o que seria ‘isso’, exatamente?”, “As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas”), importa ressaltar, ainda, no decurso do fragmento, a explicitação do incomunicável como mecanismo de resistência: é através do enunciado defectivo que alguma coisa “se esquia”, “se encobre *para não ser roubada, usurpada, profanada*”. Para não ser, em outros termos, *mitigada* em um processo, eventualmente excessivo, de extensivização da catástrofe – de transformação da violência radical em exercício ou rotina discursiva.

5.2. Incompatibilidade tensiva entre narrador e sujeito (sem sincretismo)

Trata-se, nesse caso, de uma narração ou de um fragmento narrativo que se realiza em terceira pessoa – narrador e sujeito sendo manifestados, portanto, por atores distintos. O narrador ainda ocupa o espaço tensivo englobado, e o sujeito, por seu turno, o espaço tensivo englobante, mas o enunciado-síntese da incomunicabilidade que se instaura entre esses dois actantes passa a ser o seguinte: “por mais que eu me esforce, eu não posso (e não poderei nunca) dizer a experiência sensível do outro”. Pode-se dizer, enfim, a factualidade do acontecimento – uma vez que o evento histórico, enquanto tal, é sempre passível de discursivização –, mas não o atravessamento efetivo da violência, o *quantum* de impacto de fato sofrido pelo sujeito afetado.

Esse tipo de incompatibilidade constitui a base de um paradoxo amplamente reconhecido no domínio discursivo da catástrofe histórica: “as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral” (Levi, 2016b [1986], p. 66) – porque diretamente vinculado à experiência da violência histórica em suas últimas consequências – são justamente aque-

las que não sobreviveram para dar testemunho⁷. O narrador procura dar conta, como pode, dessa lacuna inexorável, mas trata-se, evidentemente, de um discurso realizado “em nome de terceiros”, da “narração de coisas vistas de perto, [mas] não experimentadas pessoalmente” (Levi, 2016b [1986], p. 67, a inserção é nossa). Trata-se, portanto, no que concerne à experiência radical do sujeito afetado (mas não, é claro, no que concerne à concretude do fato histórico), de um discurso claramente insuficiente. Ainda Levi:

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas muitos anos depois. Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”⁸, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral. [...] Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso “em nome de terceiros”, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação (Levi, 2016 [1986], p. 66-67).

No que tange à explicitação da incompatibilidade tensiva estabelecida entre os dois actantes, pode-se constatar (Figura 2):

- A) que as categorias habituais – de baixo impacto com relação às categorias excepcionais, assinaladas abaixo – dizem respeito à própria figura do narrador (“nós, os sobreviventes”, “[nós, que] não tocamos o fundo”, “nós, tocados pela sorte” e, por inferência, “nós, as testemunhas”);
- B) que as categorias excepcionais – particularizantes ou de alto impacto com relação às categorias habituais, assinaladas acima – se referem, em contraposição, ao sujeito afetado (“quem fitou a górgona”, “os ‘muçulmanos’”, “os que submergiram”, “as autênticas testemunhas”, “as testemunhas integrais”); e

⁷ Agamben (2008 [1998], p. 151) se refere a essa configuração específica, ou seja, a esse impasse testemunhal, como sendo o “paradoxo de Levi”.

⁸ No contexto concentracionário da Segunda Guerra Mundial, o termo “muçulmano” se refere ao indivíduo completamente esgotado ou degradado (física, emocional e cognitivamente). Trata-se, para Primo Levi (1988 [1947], p. 132), dos que “foram esmagados antes de conseguir adaptar-se”, dos que “ficaram para trás” e “nem começaram a aprender o alemão e a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições, a não ser quando seu corpo já desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção [para o gás] ou da morte por esgotamento”.

⁹ As aspas podem ser indicativas, nessa passagem, de uma insuficiência narrativa, constituindo-se, dessa maneira, como manifestação de uma categoria defectiva. Podem assinalar também, no entanto, uma inadequação moral, ou ética, relativa ao emprego (racista) do termo (ver Gagnebin, 2008, p. 13).

- C) que as categorias defectivas evidenciam, por fim, a insuficiência da narração ou, ainda, a inadequação do discurso em função da incompatibilidade tensiva entre os dois actantes (“tem sido um discurso ‘em nome de terceiros’, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente”, “A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte”; “Falamos nós em lugar deles, por delegação”).

Cumpre salientar, no entanto, que a despeito de todos os exemplos apresentados acima, o incomunicável não se restringe ao “mero” comentário de natureza metaenunciativa (“Dizemos ‘fome’, dizemos ‘cansaço’, ‘medo’ e ‘dor’, dizemos ‘inverno’, mas trata-se de outras coisas”, “As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas”, “Falamos nós em lugar deles, por delegação”, “Uma metáfora sucederia a outra. Rodaríamos em falso em um interminável carrossel de analogias” etc.). De maneira distinta, e consideravelmente mais ampla, pode-se classificar, segundo nos parece, toda e qualquer indicação de incompatibilidade tensiva entre dois actantes – sejam eles da enunciação, da comunicação ou do enunciado – como uma instância de incomunicabilidade e, por conseguinte, como uma instância do incomunicável. É o que procuraremos mostrar na sequência.

5.3 Incompatibilidade tensiva entre narrador-sujeito e narratário

A linha em branco assinala, em cada um dos fragmentos abaixo, de Charlotte Delbo, não apenas a introdução de uma interpelação narrativa, mas também (e, talvez, principalmente) a explicitação da incompatibilidade tensiva que se institui entre, de um lado, o narrador-sujeito – ocupante, agora, do espaço tensivo englobante – e, de outro, o narratário “comum”, que não atravessou a experiência-limite – ocupante, por seu turno, do espaço tensivo englobado:

Um cadáver. O olho esquerdo devorado por um rato. O outro olho aberto com sua franja de cílios.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 111).

Um homem que já não consegue continuar. O cão o agarra pelo traseiro. O homem não para. Anda com o cão que anda atrás dele sobre duas patas, a boca no traseiro do homem.

O homem anda. Não deu um grito. O sangue marca as listras da calça. Por dentro, uma mancha que cresce como no mata-borrão.

O homem anda com as presas do cão na carne.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 112).

Uma mulher puxada pelo braço por outras duas. Uma judia. Ela não quer ir para o 25.¹⁰ As duas a arrastam. Ela resiste. Seus joelhos raspam no chão. Sua roupa puxada pelas mangas sobe até o pescoço. A calça desfeita – uma calça de homem – se arrasta atrás dela, pelo avesso, presa aos tornozelos. Uma rã pelada. Os rins nus, as nádegas perfuradas de magreza sujas de sangue e pus. Ela berra. Os joelhos se esfolam no pedregulho.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 113).

¹⁰ Bloco 25. Instalação a partir da qual as prisioneiras eram conduzidas à morte por gaseamento.

A série de *embreagens temporais* (Fiorin, 2016 [1996], p. 171 et seq.) – com a suspensão, nesse caso particular, da oposição entre o pretérito (perfeito, imperfeito ou mais-que-perfeito) e o presente, em favor desse último – promove, na primeira parte de cada um dos fragmentos, um efeito, ou uma ilusão, de sobreposição entre observação e relato. Desse modo, ao invés de:

O olho esquerdo foi devorado por um rato
O olho esquerdo era devorado por um rato, ou
O olho esquerdo tinha sido devorado por um rato

lê-se, provavelmente:

O olho esquerdo é devorado por um rato, ou
O olho esquerdo está sendo devorado por um rato

Tudo se passa, portanto, como se o narrador – “inserido”, pelo tempo presente, em um campo de concentração, na qualidade de testemunha ocular – procedesse a uma espécie de narração simultânea de tudo aquilo que vê. Assim sendo, para além do impacto da violência sobre o sujeito do enunciado (“Um cadáver”, “Um homem”, “Uma mulher”), a presentificação do passado evidencia, ainda, em cada um dos três fragmentos, o impacto da experiência visual sobre o próprio narrador-sujeito. O ato testemunhal – a aterradora visão do acontecimento-catástrofe – integra também, desse modo, o primeiro plano da narração.

A interpelação narrativa – que se realiza, sistematicamente, na segunda parte de cada um dos excertos (“Tentem olhar. Tentem para ver como é”) – corrobora, por um lado, a ênfase colocada sobre a experiência visual do narrador – transformado, por conseguinte, em narrador-sujeito – e salienta, por outro, o fato de que a mobilização afetivo-sensorial do narratário – construída discursivamente, por figurativização –, não pode ser equiparada, em absoluto, à mobilização afetivo-sensorial da testemunha verdadeiramente ocular (no presente caso, o narrador). Dito de outro modo, o narrador “convida” a ver por que a narração não dá conta da experiência vivida. É preciso ver de fato para saber como é.

Não é, contudo, a insuficiência narrativa aquilo que se destaca nos excertos apresentados, mas, sim, a insuficiência assimilativa do narratário. Por se tratar de um desafio, quase uma provocação, o que a interpelação evidencia são as “capacidades limitadas, ordinárias de recepção” do ouvinte comum, dissociado, como tal, da totalidade da experiência-limite (Ricoeur, 2007 [2000], p. 186, citado acima). O desafio vale, portanto, pelo enunciado-síntese: “por mais que eu tente explicar a experiência sensível, você jamais será capaz de compreendê-la”¹¹.

Pode-se dizer, em resumo, a respeito dos fragmentos citados na presente subseção (ver Figura 2):

- A) que as categorias habituais se reduzem à ocorrência singular, no segundo fragmento, do pretérito perfeito (“Não deu um grito”), sugestiva de um brevíssimo afastamento do narrador com relação à experiência sensível;

¹¹ Esse tipo de interpelação-desafio, empregado como indicação da ineficácia assimilativa do narratário com relação à experiência sensível (sensorial ou emocional) do narrador-sujeito, aparece de maneira mais ou menos frequente na obra de Charlotte Delbo. Lê-se, por exemplo, em *Medida de nossos dias*, com relação ao retorno do universo concentracionário ao mundo cotidiano: “Sair da história/ para entrar na vida/ tentem então vocês e verão como é” (Delbo, 2021 [1971], p. 343).

- B) que as categorias excepcionais se referem ao impacto do ato testemunhal sobre aquele que testemunha – ou seja, ao impacto do acontecimento-catástrofe sobre aquele que de fato o presencia –, pautando-se, ao longo de quase toda a primeira parte de cada um dos fragmentos, pela embreagem temporal e pela ênfase sensorial ou figurativa; e
- C) que as categorias defectivas se fazem representar pela interpelação narrativa, desafio-provocação que assinala, a um só tempo, a incompatibilidade tensiva que se estabelece entre narrador-sujeito e narratário “comum”, e a ineficácia assimilativa desse último com relação à experiência sensível do primeiro.

O incomunicável não é, desse modo, necessariamente lacunar, negativo ou meta-enunciativo. Qualquer enunciado que remeta à diferença fundamental entre os dois espaços tensivos poderá ser tomado como índice de uma categoria defectiva.

6 Considerações finais

Cumpre observar que, embora relativamente comum no domínio testemunhal da catástrofe histórica, a noção geral de incomunicável (com suas diversas variações) enfrenta, por vezes, uma vigorosa série de objeções e críticas. O argumento central é o mesmo na maior parte dos casos: o incomunicável, compreendido em sentido absoluto, interditaria ou suspenderia o discurso – em termos gerais, o indizível excluiria o dizível –, favorecendo, como consequência, não apenas o negacionismo contemporâneo e o revisionismo histórico mal-intencionado, mas também o projeto inicial, idealizado pelos próprios perpetradores, de esquecimento ou de apagamento do crime perpetrado. Nas palavras de Agamben (2008 [1998], p. 42), por exemplo, “dizer que Auschwitz é ‘indizível’ ou ‘incompreensível’ equivale a *euphemein*, a adorá-lo em silêncio, como se faz com um deus; significa, portanto, independentemente das intenções que alguém tenha, contribuir para sua glória”. A veemente recusa dos termos é relativizada, contudo, pelo próprio filósofo, que admite a presença, e mesmo a preponderância, no domínio discursivo da catástrofe histórica, de um excedente radical de sentido – de um *resto* – que se manifesta, em última instância, como impossibilidade (ou como dificuldade) de comunicação:¹²

Do ponto de vista do historiador, conhecemos, por exemplo, nos mínimos detalhes, o que acontecia na fase final do extermínio em Auschwitz, a forma como os deportados eram levados às câmaras de gás por um esquadrão composto pelos próprios companheiros (o assim chamado *Sonderkommando*), que, posteriormente, se incumbia de carregar para fora os cadáveres, de lavá-los, de retirar dentes e cabelos dos corpos, para depois, e por fim, introduzi-los nos fornos crematórios. Mesmo assim, tais acontecimentos, que podemos descrever e ordenar cronologicamente um após o outro, continuam sendo singularmente opacos quando realmente queremos compreendê-los. [...] Não se trata aqui, obviamente, da dificuldade que experimentamos toda vez que procuramos comunicar a outros nossas experiências mais íntimas. A dificuldade tem a ver com a própria estrutura do testemunho. Por um lado, o que aconteceu nos campos aparece aos sobrevi-

¹² Sobre essa mesma recusa e essa mesma relativização, ver Didi-Huberman (2020 [2004]).

ventes como a única coisa verdadeira e, como tal, absolutamente inesquecível; por outro, tal verdade é, exatamente na mesma medida, inimaginável, ou seja, irredutível aos elementos reais que a constituem. Trata-se de fatos tão reais que, comparativamente, nada é mais verdadeiro; uma realidade que excede necessariamente os seus elementos factuais: é esta a aporia de Auschwitz (Agamben, 2008 [1998], p. 19-20).

Esgotado, por conseguinte, o domínio objetivo da catástrofe (ou seja, seus elementos factuais), resta ainda a experiência sensível. E isso nos permite concluir, sobre o acontecimento em questão, que ele é, ao mesmo tempo, ou alternativamente, comunicável e incommunicável (dizível e indizível, assimilável e inassimilável), prevalecendo, no primeiro caso, o dado inteligível sobre a experiência sensível do sujeito afetado e, no segundo, de maneira radical, a experiência sensível do sujeito afetado sobre o dado inteligível.

Presente, como vimos, na dualidade enunciativa estabelecida entre *testis* e *superstes*, essa partilha específica – a coexistência, em termos absolutos, e a alternância, em termos de prevalência, entre o sensível e o inteligível – constitui o fundamento mesmo da Teoria Tensiva. Ou seja: a dimensão sensível e a dimensão inteligível do discurso não apenas não se excluem mutuamente, como convergem ou concorrem – em diferentes proporções – para a definição de toda e qualquer grandeza semiótica. O incommunicável não assinala, portanto, uma interdição ou uma suspensão do discurso, nem sugere, evidentemente, uma sacralização da catástrofe. Define-se, ao contrário, como uma estratégia discursiva, concernente, a um só tempo, à dimensão epistêmica do discurso – como um mecanismo de estabelecimento da verdade – e a sua dimensão ética – como um mecanismo de resistência diante da banalização da catástrofe.

No que tange à dimensão epistêmica, a referida dualidade acaba por sugerir (como o faz também Agamben, no excerto apresentado) um desdobramento tensivo da verdade. Haveria, desse modo, por um lado, uma *verdade implicativa*, relativa ao dado factual, e, por outro, uma *verdade concessiva*, relativa à experiência sensível. Para fazer crer na verdade implicativa, o enunciador (*testis*) lançaria mão de formas discursivo-textuais garantidoras de uma adesão extensiva do enunciatário – de uma adesão fundamentada, primordialmente, em critérios lógicos –, e para fazer crer, complementarmente, na verdade concessiva, o enunciador (*superstes*) lançaria mão de formas discursivo-textuais garantidoras, por seu turno, de uma adesão intensiva – de uma adesão fundamentada, primordialmente, em parâmetros sensoriais ou afetivos (Barros, 2015, 2016; Inácio, 2022, 2024). Ao lado, portanto, de um fazer-crer e de um crer-verdadeiro exclusivamente associados aos estados de coisas (reduzido, por excelência, do julgamento epistêmico), haveria, também, um fazer-crer e um crer-verdadeiro associados, em contrapartida, aos estados de alma. Estaríamos, nesse último caso, no domínio do dizer-verdadeiro, relativo, conforme foi explicitado acima, ao afeto, à memória-acontecimento e ao discurso como processo (Barros, 2015, 2016) – o que explicaria, sem dúvida, a recorrência, em (C), do comentário metaenunciativo.

Como marca de verificação – de atestação ou de asseveração de uma ultrapassagem do espaço tensivo englobado (ou, se quisermos, de um transbordamento do sistema coletivo geral de saberes e crenças) –, o incommunicável assinala, também, e de maneira absolutamente fundamental, o surgimento de uma nova ética. Para além, portanto, das duas tarefas éticas elementares de toda a narratividade – a saber, a liquidação de faltas e a resolução de excessos (Fontanille; Zilberberg, 2004 [1998], p. 347) –, o que o testemunho da catástrofe histórica notabiliza, em (C), é a retomada, mais ou menos frequente, de um excesso radical. Como

reiteração eloquente de um excedente de sentido, tal retomada parece sugerir, em última instância, que certas experiências não são passíveis de normalização – não admitindo, dessa maneira, uma resolução definitiva. O incomunicável atua, portanto, no domínio testemunhal da catástrofe histórica, como um mecanismo de resistência: como uma ferramenta de recuperação e conservação da intensidade radical da violência sofrida, com o impedimento consequente de sua possível trivialização.

Referências

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998].

AMÉRY, J. *Além do crime e castigo*. Tentativas de superação. Tradução: Marijane Lisboa. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1966].

BARROS, M. L. P. de. *O discurso da memória*. Entre o sensível e o inteligível. São Paulo: FFLCH, 2015.

BARROS, M. L. P. de. A memória do acontecido e a memória-acontecimento: um estudo semiótico dos gêneros autobiográficos. *Alfa: Revista de linguística*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 355-383, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1608-6>.

BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. 2. pouvoir, droit, religion. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

DELBO, C. Medida de nossos dias. In: DELBO, C. *Auschwitz e depois*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Carambaia, 2021a [1971]. p. 285-435.

DELBO, C. Nenhum de nós voltará. In: DELBO, C. *Auschwitz e depois*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Carambaia, 2021b [1965]. p. 11-146.

DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. Tradução: Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020 [2004].

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Contexto, 2016 [1996].

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001 [1998].

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. Aspecto. In: FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensión y significación*. Tradução: Desiderio Blanco. Lima: Fondo de Desarrollo Editorial, 2004 [1998]. p. 331-363.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. In: FREUD, S. *Obras completas*. Volume 10. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1914]. p. 146-158.

GAGNEBIN, J. M. Apresentação. In: AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998]. p. 9-17.

GREIMAS, A. J. O saber e o crer: um único universo cognitivo. In: GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II*. Ensaios semióticos. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014 [1983]. p. 127-145.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução: Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Cañizal, Edward Lopes *et al.* São Paulo: Contexto, 2016 [1979].

INÁCIO, A. E. Reflexões sobre a verdade e a crença na comunicação do testemunho literário. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 237-256, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.194036>.

INÁCIO, A. E. O indizível no testemunho da catástrofe histórica: um estudo do excesso radical de sentido segundo a Semiótica Tensiva. 2024. 204 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2024.tde-21012025-130929>.

LEVI, P. É isto um homem?. Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1947].

LEVI, P. Da escrita obscura. In: LEVI, P. *O ofício alheio*. Tradução: Silvia Massimini Felix. São Paulo: Editora Unesp, 2016a [1985]. p. 55-61.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016b [1986].

RASTIER, F. Témoignages inadmissibles. *Littérature*, v. 3, n. 159, p. 108-129, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3917/litt.159.0108>.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [2000].

SELIGMANN-SILVA, M. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 6, p. 67-83, 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-8837.pg.2002.64399>.

SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003a. p. 07-44.

SELIGMANN-SILVA, M. Apresentação da 25-43 questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003b. p. 45-58.

TATIT, L. Quantificações subjetivas: crônicas e críticas. In: TATIT, L. *Estimar canções*. Estimativas íntimas na formação do sentido. Cotia: Ateliê Editorial, 2016. p. 23-43.

WIESEL, E. *A noite*. Tradução: Dorothée de Bruchard. Rio de Janeiro: Sextante, 2021 [1958].

ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011 [2006].

ZILBERBERG, C. *La structure tensiva*. Suivi de Note sur la structure des paradigmes et de Sur la dualité de la poétique. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2012.

ZILBERBERG, C. Umbrales, límites, valores. In: ZILBERBERG, C. *Horizontes de la hipótesis tensiva*. Tradução: Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2019 [2002]. p. 85-104.